
AS ARTICULAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DO PODER PÚBLICO NO PROCESSO DE (RE)DEFINIÇÃO DA DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL¹

*THE POLITICAL AND IDEOLOGICAL ARTICULATIONS OF PUBLIC
AUTHORITIES IN THE PROCESS OF (RE) DEFINITION OF SOCIAL
AND SPATIAL DIFFERENCES*

Maria José Martinelli Silva CALIXTO²

RESUMO: O que procuramos sistematizar no presente artigo representa um esforço de compreensão acerca da lógica que move/moveu a (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano na cidade de Dourados, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, considerando sobretudo as articulações político-ideológicas perpetradas pelo poder público local, que tinha como orientação o direcionamento assumido pela política urbana no nível federal, ou seja, essas ações articulavam-se e subordinavam-se às decisões de instâncias superiores. Esse processo funcionou como instrumento de sustentação de um discurso estratégico-político e de um conjunto de práticas ligadas ao ideário das exigências de “crescimento”, de “progresso” e de “desenvolvimento”.

¹ Este artigo se constitui em um capítulo, parcialmente alterado, de nossa tese de doutoramento, intitulada “O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP — Campus de Presidente Prudente, 2000.

² Prof. Dra. do Departamento de Ciências Humanas da UFMS – Campus de Dourados.

Palavras-chave: espaço urbano, poder público, articulações político-ideológicas.

ABSTRACT: The subject that we are trying to systematize in the current article represents an effort of comprehending the logic that changes/changed the (re)definition of the production process, appropriation and consumption of the urban space in Dourados city, located in Mato Grosso do Sul State, considering mainly the political and ideological articulations perpetrated by the local public authorities who were oriented by the directions of the national urban politics, that is, these actions were articulated and subordinated to superior commands. This process worked as a support instrument of speech and a set of attitudes concerned with the ideas about the requirement “growth”, “progress” and “development”.

Keywords: urban space, public authorities, political and ideological articulations.

Considerando que a análise não deve passar apenas pela dimensão econômica e que a realidade também é marcada por uma experiência simbólica, torna-se necessária uma discussão acerca do papel desempenhado pela ideologia³ na determinação dos processos socioespaciais, sobretudo por se tratar da análise de políticas públicas em que a ideologia presente,

³ O termo ideologia é marcado por inúmeras acepções, no entanto, para o presente propósito, tentaremos analisá-lo articulado às práticas de determinados agentes sociais, sobretudo do poder público. Chauí ressalta que: “*Se acompanharmos as exposições de Marx em A ideologia alemã, diremos que basta os homens tomarem consciência imediata do aparecer social para que surja a ideologia, desde que a divisão social do trabalho tenha operado a separação entre trabalhadores manuais e intelectuais, ou entre trabalhadores e pensadores. No entanto, no sentido forte do termo, a ideologia só pode efetivar-se plenamente nas sociedades históricas, isto é, naquelas sociedades para as quais a questão de sua origem ou de sua instituição é não só um problema teórico, mas sobretudo uma exigência prática renovada.*” (1997, p. 15)

principalmente no discurso, está estritamente ligada aos objetivos almeçados, não apenas por reforçar, mas também por dar sustentação às estratégias traçadas ou propostas.

Em outras palavras, para os propósitos da presente análise⁴, acreditamos ser necessário tecer algumas considerações sobre o campo das representações⁵, uma vez que as práticas sociais não podem ser analisadas e entendidas desvinculadas de seu aspecto ideológico, sobretudo quando consideramos as práticas do poder público, um poder que busca representar a si mesmo como instância desvinculada do social, tentando passar a idéia de unidade e ocultando os conflitos e antagonismos que marcam a existência da sociedade.

A diferenciação socioespacial, fundamental para a compreensão da (re)estruturação do espaço urbano, resulta e, ao mesmo tempo, torna-se necessária para o desenvolvimento de uma ideologia capaz de interferir no processo de controle do poder público por parte dos segmentos que representam o setor imobiliário e dos segmentos de maior poder aquisitivo. Assim, estabelece-se uma relação dialética entre diferenciação socioespacial e ideologia que assegura e dá sustentação ao controle exercido pelo e sobre o poder público.

⁴ Baseamo-nos fundamentalmente em: CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez: 1997; DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 130-145; além da análise desenvolvida por SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997. Assim como Chauí (1997), Duby (1976) vê na história vivida condição para o surgimento da ideologia.

⁵ Não temos a pretensão de aprofundar a discussão acerca do conceito de representação, no entanto convém destacar que: "O campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido de irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou **representações** tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Em suma: o aparecer social é tomado como o ser do social." (Chauí, 1997, p. 19.) [grifo nosso]

O espaço urbano é também definido pela produção e difusão de ideologias, o que inclui a produção e a conseqüente difusão de um “estilo de vida”, valores, gostos, acontecimentos, experiências, interesses, necessidades, significados, idéias, novas formas de morar, ou num sentido mais amplo, marcado pela composição de um texto no imaginário, o que favorece a diferenciação, o isolamento e o primado do espaço privado. Instaura-se um processo contraditório entre a necessidade de aglomerar (imposta pela cidade) e, ao mesmo tempo, de se afastar/isolar. Esse processo é caracterizado/determinado, portanto, por interpretações e leituras diferenciadas, uma vez que a realidade é complexa, comportando diferentes apreensões.

As contradições asseguram o movimento da realidade, gerando o devir e a própria história. Entretanto, esse movimento tende a ser negado ou estancado no interior do processo histórico, tentando fazer com que a própria noção de história caia no vazio. Esse processo tem como determinante não apenas a ação do econômico, mas também do político, destacando-se o papel ideológico do poder público, disseminado por aqueles que o representam. Logo, essa dinamicidade tem, na sua essência, a contradição e o conflito, visto que envolve um aspecto estratégico-político que, para Carlos, tem grande importância na produção do espaço: “(...) pois não é uma produção qualquer; acrescenta algo decisivo a esta, visto que é também reprodução das relações de produção.” (1994: p. 99)

A ideologia dissolve relações, imprimindo-lhes novos conteúdos e sentidos. Contudo, nem sempre cria algo materialmente novo. É relevante considerar que a ideologia não pode ser encarada apenas subjetivamente, mas também na sua concretude, pois a realidade a incorpora e a ideologia também se torna real, uma vez que a história real também se realiza através de símbolos, sendo o movimento social uma expressão do conjunto do real e da ideologia. Ao analisar a questão, Santos ressalta que:

“A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica.” (1997, p. 102)

A realidade social é um misto de realidade e ideologia e que não é apenas objetiva, real, como também (re)cria o real. Ainda refletindo com Santos:

“A realidade inclui a ideologia e a ideologia também é real. A ideologia outrora considerada como falsa, portanto não real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real.” (1997: p. 102)

A cada transformação socioespacial há exigência de uma “renovação” da ideologia e do universo simbólico, uma vez que o movimento dá ao “velho” ou ao preexistente um novo conteúdo e mesmo uma nova roupagem, ou seja, a cada acontecimento o preexistente muda seu significado. Isso porque, conforme aponta Santos,

“... o movimento da sociedade, isto é, o movimento da totalidade (e do espaço) modifica a significação de todas as variáveis constitutivas, também a do símbolo, porque este não segue o movimento.” (1997: p.103)

A ideologia produz símbolos, sendo, simultaneamente, um aspecto da essência e da existência. Para Castoriadis,

“Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissoluvelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos — o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade — os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre são diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica.” (1992: p.142)

No espaço urbano de Dourados, a ideologia assume vários viéses, seja na tentativa de “reduzir” a cidade à porção onde se concentram os segmentos sociais de maior poder aquisitivo, apropriando-se da noção de “longe” e “perto” a partir de uma identidade forjada, seja na tentativa de “naturalizar” os processos sociais, que, na sua essência, são marcados por uma relação contraditória, o que, de certa forma, legitima a ação dos agentes sociais, como é o caso do poder público. Ao investir na “porção nobre”

da cidade, o poder público investe na cidade. Neste sentido, "... a ideologia é também essência, parece como realidade e assim é vivida." (SANTOS, 1997: p.101)

Vale ressaltar que o desenvolvimento e a difusão dessa ideologia não seriam possíveis sem sua base espacial, que tem sua origem na diferenciação social, esclarecendo que é através e a partir da diferenciação socioespacial que esse processo ocorre e robustece.

Para Martins o próprio espaço

"... constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução" (...) "**... o espaço não se encontra excluído das relações de produção, como tampouco das relações de dominação consubstanciadas nas e expressas pelas relações de propriedade**, através das quais são estabelecidos, também, as premissas, as condições e os condicionamentos para a produção do espaço, e, a rigor, da história." (1999: p.25) [grifo nosso]

Assim como as demais condições de produção, o espaço se (re)produz de maneira que condicione a reprodução social no sentido da acumulação, criando novas contradições e acirrando antigas, embora exista a pretensão de ocultar o espaço, causando a impressão de que

"(...) o tempo parece portador de toda a potencialidade de transformação 'para o bem'. Tempo privado de sentido porque não é considerado em suas múltiplas dimensões e em suas múltiplas contradições e conflitos. Tempo privado de sentido porque o espaço está oculto." (RODRIGUES, 1998: p.9)

Portanto, a complexidade da produção social do espaço só pode ser compreendida se considerarmos o tempo histórico.

O social/histórico tem sua origem na luta de classes (na contradição entre produção social coletiva e apropriação privada — fundamentada na contradição capital/trabalho) e é por meio dela que se constitui e se mantém, sendo o Estado a expressão desse antagonismo ou divisão.

Ao analisar a importância do Estado no aprisionamento da reprodução social pela acumulação do capital, Engels, observa que no Estado expressa-se o primeiro poder ideológico sobre o indivíduo:

“... A sociedade cria para si um órgão para a salvaguarda dos seus interesses comuns (...). Este órgão é o poder do Estado. Mas após ter surgido, este órgão autonomiza-se face à sociedade, e isso tanto mais quanto mais ele se torna órgão de uma classe determinada, que faz valer directamente a dominação dessa classe. A luta da classe oprimida contra a classe dominante torna-se necessariamente uma [luta] política, uma luta, antes do mais, contra a dominação política dessa classe; a consciência da conexão desta luta política com os seus supostos económicos apaga-se e pode perder-se totalmente. (...) **O Estado, porém, uma vez tornado poder autônomo face à sociedade, produz logo uma ulterior ideologia.**” (1985: p.415-16) [grifo nosso]

Logo, a ideologia só pode ocorrer concretamente na sociedade histórico-temporal⁶. Exatamente por ser histórica, a sociedade deve compreender o processo por meio do qual a ação dos agentes sociais e políticos lhe dá origem; concomitantemente, precisa admitir seu papel de própria condição para a atuação desses agentes. Em outras palavras, nasce da ação, ao mesmo tempo em que é condição para a ação desses agentes.

⁶ Conforme Chauí: “Em sentido amplo, toda sociedade por ser sociedade, é histórica: possui data própria, instituições próprias e precondições específicas, nasce, vive e perece, transforma-se internamente. O que estamos designando aqui como sociedade propriamente histórica é aquela sociedade para a qual o fato mesmo de possuir uma data, de pressupor condições determinadas e de repô-las, de transformar-se e de poder perecer não é um dado, mas uma questão aberta”.

E continua: “Toda sociedade é histórica porque temporal. A sociedade propriamente histórica, porém, tematiza sua temporalidade pondo-a como objeto de reflexão porque incessantemente reposta por suas práticas — não está no tempo, mas é o tempo. Isto significa que a sociedade propriamente histórica não cessa de criar internamente sua diferença consigo mesma, pois o tempo não é senão criação da diferença temporal interna pela qual uma sociedade possui seu passado e visualiza seu futuro como seus outros.” (1997: p.15-6)

A historicidade da sociedade pressupõe movimento, que por sua vez é marcado por contradição/complementaridade. Contudo, ao buscar elementos para o entendimento desse processo, Chauí aponta-nos que

“... a sociedade propriamente histórica não cessa de criar internamente sua diferença consigo mesma (...) ... é aquela que não pode, senão sob a forma da violência e da máscara, repousar numa identidade fixa, onde se reconheceria a si mesma. Justamente por isso nessa sociedade o fenômeno da ideologia ganha sentido concreto.” (1997: p.16)

Por meio da ideologia, busca-se atribuir um sentido atemporal à existência temporal/dinâmica da sociedade. Segundo Chauí:

“Essa petrificação do tempo é o que a sociedade propriamente histórica não pode conseguir, senão por meio da ideologia (...). A sociedade histórica precisa dar conta de algo muito peculiar e que outras sociedades podem resolver através dos mitos da origem (...). Além de precisar enfrentar o enigma de sua auto-instituição, **a sociedade histórica precisa enfrentar o problema do advento do poder político como um pólo separado do social e que, no entanto, nasceu da própria ação social.** É forçada, portanto, a compreender como o poder nasce em seu interior e como dela se destaca, indo alojar-se numa figura visível que parece pairar fora e acima dela: o Estado. Assim, na gênese do poder político, a sociedade histórica enfrenta o mesmo problema que encontrara para a sua gênese social (...)” (1997: p.16; 18) [grifo nosso]

Dessa forma, a ideologia torna-se algo intrínseco às sociedades históricas. Para tanto, utiliza-se de um aparato de representações, a fim de dar sustentação às práticas dos agentes sociais e políticos e de justificar tais práticas com base nesse aparato.

“É elaborado, assim, um discurso que, partindo do discurso social (o discurso do social) e do discurso político (o discurso da política), se transforma num discurso impessoal sobre a sociedade e sobre a política. Essa passagem do discurso de para o discurso sobre constitui o

primeiro momento na elaboração da ideologia (...) O campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido de irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de **conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações** (*grifo da autora*) tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Em suma: **o aparecer social é tomado como o ser do social.**" (CHAUÍ, 1997: p.19) [grifo nosso]

Contudo, para Chauí a ideologia necessita ainda transcender o campo da representação não apenas da vida, mas também da prática social, para que possa tornar-se um discurso sobre o social e um discurso sobre a política, tentando coincidir as representações elaboradas sobre o social e o político com o que o social e o político seriam na realidade.

Para ser reconhecido como representante do bem comum, o discurso precisa, na prática, vir carregado ideologicamente, pois esse é caracterizado pela ocultação, pela camuflagem da divisão, da contradição e da diferença. Nesse contexto e com esse propósito, o poder público é tratado como sendo

"(...) dotado da aura da universalidade, que não teria se fosse obrigado a admitir realmente a divisão efetiva da sociedade em classes. Se tal divisão fosse reconhecida, teria de assumir-se a si mesmo como representante de uma das classes da sociedade. **Para ser posto como o representante da sociedade no seu todo, o discurso do poder já precisa ser um discurso ideológico (...)**" (CHAUÍ, 1997: p.21) [grifo nosso]

Assim, a ideologia torna-se instrumento de uma construção imaginária e uma "lógica" da identidade, unicidade, camuflando a expressão do particular enquanto tal, criando ainda um conjunto de normas que possam justificar, sustentar e legitimar tais práticas.

O discurso ideológico busca sua coerência na ausência, ou seja, "porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso." (CHAUÍ, 1997: p.22) Nesse processo, tenta subverter o próprio conceito de necessidade. A ideologia, enquanto produção da soci-

idade histórica, portanto, marcada pela divisão, pelo conflito de interesses, pela contradição e pela diferença, mascara sua própria origem e sua condição de existência.

No discurso ideológico, a origem da idéia surge dissociada de seus articuladores ou daqueles que a elaboram, passando a impressão de neutralidade. Apesar de ser a expressão da contradição, a ideologia sustenta-se por oferecer à sociedade, marcada pelo conflito de interesses, uma imagem que tenta e consegue anular a existência concreta da contradição, construindo uma imagem de sociedade homogênea e calcada na identidade, reforçando-se e se difundindo por meio do distanciamento entre idéia e realidade social.

A idéia de representação de interesse de toda a sociedade, de que todos estão representados (trabalhando com o signo do progresso e do crescimento), tem legitimado as ações do poder público em Dourados. Contudo, tais práticas acabaram por valorizar coisas e não indivíduos, conforme observa Marx: “com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.” (1975: p.159)

A partir da década de 1970, o poder público local assumiu importante papel no processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, possibilitando novas formas de atuação de determinados segmentos sociais, fazendo com que a partir desse período, o processo de expansão territorial urbano assumisse um caráter significativamente diferenciado de momentos anteriores. Tornou-se expressiva a oferta de terrenos na cidade, sendo muito superior à capacidade ou interesse/necessidade real de utilização. Foram lançados no mercado loteamentos com baixo índice de ocupação efetiva, loteamentos desprovidos de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos (como foi o caso do Parque das Nações I e II, Jardim Flórida II, dentre outros), o que propiciou o processo de “valorização” de áreas melhores equipadas e reforçou o processo de afastamento socioespacial daquela parcela da população que não tinha condições de pagar por uma localização adequada.

São lançadas e (re)criadas novas mercadorias que, por sua vez, (re)introduzem outras mensagens simbólicas para os que podem pagar, produzindo simultaneamente

“... mercadorias e territórios desejáveis e vendáveis⁷ e mercadorias e territórios indesejáveis e invendáveis. As mercadorias vendáveis e desejáveis são parte integrante do ideário do desenvolvimento e dos ideais simbólicos de todos os cidadãos...” (RODRIGUES, 1998: p.77-8)

Os processos se manifestam espacialmente, mas trazem no seu bojo a capacidade de determinar e o de ser determinado pelo político, pelo econômico, pelo ideológico, sendo frutos de um movimento complexo.

Vale ressaltar, que esse momento histórico foi marcado pela facilidade de se obter empréstimos junto ao governo federal, como por exemplo, do Programa CURA, o que, de certa forma, legitimou a viabilidade de novas formas de intervenção no espaço urbano.

Em Dourados foi a partir do governo municipal de José Elias Moreira (ARENA⁸ – 1977/1982) que se tornou característico o significativo papel do poder público no processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, alterando-se o caráter das relações envolvidas nesse processo e oferecendo-se condições propícias para o desenvolvimento do discurso ideológico sob o signo do “crescimento”, do “desenvolvimento”, e mesmo do “progresso”⁹, o que, contraditoriamente, se processou como algo exterior para a maioria dos habitantes da cidade.

É possível afirmar que o governo de José Elias Moreira marcou a inauguração de uma nova fase na história de Dourados, implicando na

⁷ Ou mesmo desejáveis e invendáveis/ inacessíveis para determinada parcela da população.

⁸ Aliança Renovadora Nacional, que partir de 1978 assume a nomenclatura de PDS – Partido Social Democrático.

⁹ Para Carlos é em nome do progresso “...que tudo, até a vida, se transforma em mercadoria.” (1994: p.63)

redefinição/exigência de novas formas de intervenção, sobretudo no espaço interno da cidade, evidenciando que as diferentes formas de produção do espaço urbano são, em cada momento histórico, marcadas por determinadas conjunturas políticas e econômicas, fazendo com que o espaço passe por um constante processo de diferenciação física, social e simbólica.

Por estar comprometido com a manutenção da consonância com o ideário político nacional, o governo José Elias Moreira caracterizou-se por ser “tocador de obras”, além de desburocratizar e agilizar a máquina pública, sendo marcado por estreitas relações políticas com o poder central, constituindo uma unicidade político-administrativa nas relações que asseguraram e deram sustentação às diversas políticas públicas. Em outras palavras, estabeleceu-se uma consonância com as determinações impostas pela conjuntura histórico-política, expressando a pluralidade de valores gestados em determinada concepção de Estado.

Nesse contexto, buscou-se justificativas para as ações, através de tentativas de ocultação das contradições presentes nas relações de poder, utilizando-se de um discurso com conteúdos carregados de expectativa de transformação, sobretudo no espaço urbano.

O Plano de Complementação Urbana de Dourados¹⁰ (elaborado pela equipe do urbanista Jaime Lerner em 1978) pode ser considerado um dos principais instrumentos de intervenção na cidade, respaldando inclusive ideologicamente, em razão do papel que desempenhou no imaginário social, a atuação do poder público municipal. Ele continha em seu bojo a preocupação de equipar a cidade, visando atender à nova realidade imposta pelo novo ciclo econômico da agricultura agroexportadora, embora tentasse justificar-se pela necessidade de solução de problemas sociais.

Para Marx e Engels, cada classe social no poder, a fim de garantir seus interesses/objetivos, lança mão da representação de seu interesse como

¹⁰ Esse plano não tinha o estatuto jurídico de Plano Diretor. Ele foi orientador da política pública municipal de 1977 a 1988, período de continuidade do mesmo grupo político no poder.

sendo comum a todos os membros da sociedade, processo pelo qual se configura a ideologia. (s.d.: p.57)

Neste sentido, apesar de o Plano de Complementação Urbana revelar uma preocupação com o fato de os loteamentos serem implantados em áreas distantes, onerando a administração pública municipal e criando áreas ociosas, além da preocupação com o surgimento de favelas, esse questionamento ficou apenas no discurso, uma vez que não desencadeou uma discussão mais aprofundada e ampla sobre os mecanismos especulativos e de como o poder público poderia agir diante dessa realidade, marcando um profundo distanciamento entre o que se apresenta no projeto e o que se quer alcançar e se alcançou na realidade social.

Santos chama-nos a atenção para a necessidade de se avaliar a planificação enquanto instrumento político de controle, visto que ela se restringe a aspectos técnicos, não havendo uma preocupação mais abrangente, estando

“(...) mais voltada para o desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sóciopolítica que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena. Um plano diretor não pode contentar-se em ser apenas uma disciplina do crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiorias.” (1994: p.113-4)

Os recursos/investimentos previstos no Plano de Complementação Urbana¹¹ seriam obtidos sobretudo através do Comunidade Urbana para

¹¹ Em 1984, ano de eleições municipais, realizou-se uma atualização do Plano de Complementação Urbana, o qual se apresentou muito mais como plano de governo. “As propostas novas compreendem, principalmente, o estabelecimento de diretrizes de crescimento, como orientação para o poder público à aprovação de novos loteamentos. Estas diretrizes referem-se, basicamente, ao sistema viário, ao uso do solo e ao transporte coletivo.” (Prefeitura Municipal, 1984: p.7)

Tabela 01 — DOURADOS (1978)

Fonte dos Recursos Previstos no Plano de Complementação Urbana

FONTE	CR\$ Mil*	UPCS	%
BNH/CURA	59.020	194.600	84,0
Recursos próprios	6.558	21.625	9,0
Governo do Estado	5.146	16.967	7,0
Total	70.724	233.192	100,0

Fonte: Plano de Complementação Urbana

* Valores expressos na moeda da época (1978)

Recuperação Acelerada — CURA (84%). A **Tabela 01** fornece-nos uma demonstração da origem e do percentual dos recursos previstos.

Em Dourados, o programa CURA restringiu sua atuação à área central da cidade, ampliando os eixos comerciais e de serviços, provocando um adensamento da área e dando novos rumos ao processo especulativo, porém trabalhando com a idéia de atendimento às necessidades comuns.

Os recursos federais também foram investidos na ampliação da drenagem pluvial e pavimentação asfáltica¹². Logo, foi em meados da década de 1970, que Dourados expandiu seu sistema de pavimentação e de redes de galerias pluviais.

Foram eleitas quatro áreas que seriam objeto dos recursos¹³ do Projeto CURA, a fim de serem atendidas de forma integrada com infra-estru-

¹² Inicialmente, via recursos do subprograma do BNH denominado FIDREN, que liberou no ano de 1976, 127.400 UPC para o município. Em 1978, outros subprogramas do BNH ofereceram recursos de infra-estrutura: o Financiamento para Infra-estrutura Geral — FIEGE (CR\$ 131.907.000,00) e o Financiamento para Urbanização de Conjunto Habitacional — FINC.

¹³ O financiamento solicitado aos Programas do BNH—CURA e FIPLAN totalizou 598.440 UPCS ou Cr\$ 181.501 mil.

Tabela 02 — DOURADOS (1978)
Investimentos Realizados nas Áreas do Programa CURA

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA CURA I	ÁREA CURA II	ÁREA CURA III	ÁREA CURA IV	MONTANTE APLICADO (Cr\$ mil)
Sistema viário	60.339	17.392	16.782	38.221	132.734
Recreação	-	10.911	-	34.969	45.880
Gerência de implantação	3.274	1.565	1.129	4.041	10.009
Estudos e projetos	1.965	939	677	2.425	6.006
Centro comercial	-	-	3.800	-	3.800
Escolas (1.º grau)	-	-	-	3.240	3.240
TOTAL	65.578	30.807	22.388	82.896	201.669

Fonte: Plano de Complementação Urbana (1978).

ra e equipamentos urbanos. A **Tabela 02** nos permite acompanhar os investimentos realizados nas áreas CURA.

Esse conjunto de ações visava, no nível do discurso, a promover o adensamento e "... atenuar a tendência atual de dispersão, verificada através da multiplicação de loteamentos cada vez mais distantes das áreas equipadas." (Plano de Complementação Urbana, 1978: p. 40)

No entanto, quando analisamos a destinação dos recursos do Projeto CURA, observamos que o sistema viário foi o que recebeu prioridade: a este setor destinou-se mais de 60% do total dos recursos previstos. Esse fato reforçou os verdadeiros propósitos da intervenção, ou seja, adaptar o espaço urbano ao novo dinamismo regional, imposto pelos interesses agroexportadores, por intermédio da melhoria das condições de circulação e conseqüente fluidez na cidade.

Para Santos, na prática, o Programa CURA reforçou o distanciamento socioespacial da população, através da imposição de uma nova lógica:

“Essa lógica é da valorização-desvalorização diferencial dos diversos setores urbanos. Como, porém, esses projetos C.U.R.A. são geralmente associados ao programa das cidades médias, aglomerações destinadas a acolher atividades econômicas modernas descentralizadas, o resultado comum é o aumento do valor de todos os terrenos equipados e a reativação, em nível superior, dos processos espaciais que já definem a problemática urbana.” (1994: p.112-3)

O poder público produziu um espaço socioespacialmente diferenciado, utilizando amplamente seu poder de intervenção e as possibilidades colocadas pelo momento histórico-político. Neste sentido, para que o discurso sobre a necessidade de intervenção no espaço urbano — via implantação da rede de galerias pluviais, pavimentação asfáltica, etc. — pudesse se consubstanciar, foi necessário que esse poder dominasse/ocultasse uma outra prática/realidade, divulgando esse projeto político como necessário para a cidade e para a população como um todo¹⁴. Em outras palavras, no nível da representação, realizou-se e realiza-se o público, que na prática, assegurou e assegura os interesses privados.

Ao buscar alguns elementos acerca dessa questão, Damiani, observa:

“Vivemos a representação da coletividade, não a coletividade real, numa verdadeira heteronomia dos sujeitos sociais: as identidades concretas substituídas pela identidade abstrata.” (1999: p.55)

Assim, o projeto de intervenção na cidade, que se assegurou mediante a criação de um “espaço abstrato” que negou o espaço social, justificou-se em face da impressão de que o que realmente importava não era a qualidade de vida dos cidadãos, a casa, o edifício, a rua, mas aquilo que eles representavam/representam — o crescimento, o progresso, o desen-

¹⁴ “(...) é no nível das formas que se dá a mistificação, a coisificação, na medida em que as relações sociais tendem a aparecer como relações entre coisas. A forma exerce, por isso, ao mesmo tempo, a função de ocultar e revelar. A relação entre ocultação e revelação dá-se através das articulações das categorias do real.” (CARLOS, 1994: p.45)

volvimento, enfim, o moderno. Essa forma de intervenção tentou veicular um discurso cuja pretensão era fazer com que toda a sociedade (marcada pela divergência de interesses) se reconhecesse no processo; era o discurso da afirmação de um padrão de desenvolvimento/crescimento único e tido como ideal para todas os segmentos sociais. Mais do que um discurso novo, era um discurso que tentou engendrar uma nova realidade.

Os códigos de necessidade (na maioria das vezes, criada) do crescimento, do desenvolvimento, foram tomados como paradigmas incapazes de apreender um outro código, marcado pela necessidade real, pelo cansaço cotidiano, pelas dificuldades financeiras, pelas distâncias no interior da cidade, pelo desemprego, pela relação com o trabalho, pela relação com a moradia.

Diante das inúmeras formas ou mecanismos de ocultação da realidade, torna-se mais complexa a apreensão do que é realmente necessário, pois a necessidade imposta/criada, ou o “espaço abstrato”, ganha cada vez mais contornos de legitimação, por meio de uma racionalidade que forja um espaço “ideal”, buscando homogeneizar e ao mesmo tempo tornar impessoal algo que é também individualizado. Tais ações/intervenções marcam a composição de um novo valor material, como fonte do valor simbólico.

Bibliografia

- ASCHER, François & GIARDI, Jean. *O espaço e a política urbana*. São Paulo: Estampa, 1976.
- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: *Revista de Geografia*, Dourados, AGB, n. 4, p.71-85, 1996.
- CALIXTO, Maria José Martinelli. *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*. Presidente Prudente, 2000. Tese (Doutoramento em Geografia), FCT/UNESP.
- CARLOS, Ana F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- . “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L. *et al.* (org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p.62-74
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto/2 – Os domínios do homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1997.
- DAMIANI, Amélia L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A. L. *et al.* (org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 118-131.
- . As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L. *et al.* (org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p.48-61.
- DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 130-145.

- ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FERREIRA, Antonio J. de A. O Estado enquanto agente social do urbano. In: *GEOUSP - Revista da pós-graduação em Geografia*. São Paulo, n. 4, p. 27-37, 1988.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- KOSMINSKY, Ethel V. & ANDRADE, Margarida M. de. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, José de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 51-70.
- LEDRUT, Raymond. Política urbana e poder local. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 5-20, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- . *La production de l' espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- LUTFI, Eulina P.; SOCHACZEWSKI, Suzana. & JAHNEL, Tereza. As representações e o possível. In: MARTINS, José de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87-97.
- MARTINELLI SILVA, Maria José. As faces da verticalização. In: *Revista ARANDU*, n.1, p.55, ago.1997.
- MARTINS, Sérgio. Crítica a economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13-41.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: Edições 70. 1975.
- . *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1975, p. 107-263.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. *Atualização do Plano Diretor*. Curitiba, 1984.
- . *Plano de Complementação Urbana*. Curitiba, 1978.

Maria José Martinelli Silva Calixto

RODRIGUES, Arlete M. *Produção e consumo do e no espaço. Problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

———. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMIDT, Benício V. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Universidade, 1983.